

RACIALIZAÇÃO DO CURRÍCULO: INVISIBILIDADES E INSURGÊNCIAS EM UM CURSO DE PSICOLOGIA

JOÃO OTÁVIO VIEIRA CARVALHO ALMEIDA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

LUZIANE DE ASSIS RUELA SIQUEIRA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

RESUMO: O presente trabalho apresenta os desdobramentos da pesquisa de Iniciação Científica na Universidade Federal do Espírito Santo sobre o currículo de psicologia daquela universidade. Foi realizada pesquisa documental com o Projeto Pedagógico do Curso e os planos de ensino do segundo semestre de 2022, a fim de analisar o projeto com ênfase na presença ou ausência de autoras/es negras/os, bem como indígenas e trans. A partir das análises dos dados foi possível perceber que o Projeto Pedagógico do Curso reflete o pacto narcísico da branquitude, na medida em que é demarcado pela ausência de outras autoras/es negras/os, indígenas e trans. Assim, torna-se necessário compreender a ação dos movimentos sociais enquanto movimentos de educadores, além de promotores de sujeitos insurgentes a partir das práxis de cada movimento.

PALAVRAS-CHAVES: Currículo. Movimento Social. Raça/etnia. Identidade de Gênero.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é desdobramento da pesquisa de iniciação científica do Edital do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo (Piic/UFES) 2022/2023 sobre o currículo do curso de psicologia da própria UFES. Tal pesquisa teve como foco evidenciar a ausência de autoras/es negras/os, trans e indígenas no currículo do curso. Neste texto, pretende-se mostrar os resultados encontrados, colocando-os em análise.

O curso de psicologia da UFES é regido pelo seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que regulamenta quais disciplinas são obrigatórias, em quais períodos acontecem, além de estabelecer quais são as disciplinas optativas, bem como as bibliografias básica e complementar, quais estágios, a carga horária de cada disciplina, e total de carga horária de obrigatórias, optativas e estágios para integralização do curso. Dentre todas as diretrizes que regem o PPC, objetivamos analisar a sua bibliografia base, notadamente o uso ou a ausência de uso de autoras, autores, que se encontram à margem do eixo tradicionalmente associado às ciências.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2023 da UFES estabelece o modo como a universidade buscará desenvolver-se e, conforme este, uma das ações previstas é a inclusão de referencial teórico múltiplo que aborde questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade e de acessibilidade.

II Promoção de inserção de conteúdos curriculares que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero, de sexualidades e de acessibilidade

III Promoção de inserção de referenciais teóricos que ampliem a matriz epistemológica do conhecimento acadêmico e científico; na perspectiva étnico-racial, de gênero, de sexualidades e de acessibilidade (UFES, 2021a, p. 61).

O próprio PPC do curso de psicologia destaca a relevância de mitigar a ausência de autores não hegemônicos – negros; indígenas; trans.

O curso de Psicologia, em especial, que historicamente é composto por pessoas majoritariamente brancas, é convocado a se ocupar de forma mais integral de temas como a saúde mental da população negra, políticas públicas de saúde e educação voltadas para a superação do racismo estrutural e das violências correlatas, além da diversificação de suas matrizes teóricas eurocentradas, para contemplar novas epistemologias mais conectadas com a realidade das populações marginalizadas (UFES, 2021b, p. 27-28).

A partir do conceito de ‘infame’ (Foucault, 2003), vidas de sujeitos cujas existências obscuras e desventuradas eram destinadas a passar sem deixar rastro, são “iluminadas” por um feixe de luz, que é o encontro com o poder, podemos pensar a infâmia imposta a esses corpos em termos de uma produção de subjetividade. Trata-se de refletir que essa produção atualiza a invisibilização das suas histórias e trajetórias de vida. Ademais, o processo de invisibilização por meio da ausência tem, por objetivo, torná-los não existentes, o que têm relação com os sujeitos infames e compreendemos como a sua atualização (Kilomba, 2020; Lobo, 2008).

A fim de tensionar a produção de subjetividades infames e o que (re)produzem na formação acadêmica, trazemos, nesse contexto, autoras e autores negros/os, indígenas e trans que dialogam com a psicologia, seja no próprio saber da psicologia ou outros saberes, estas e estes que há tempos vêm produzindo e, desde muito, vêm sendo invisibilizados, ausentados, deslegitimados e excluídos dos espaços de formação.

O currículo é, por si só, uma aposta política, mas que ainda conta uma história única (Adichie, 2019), pois a ausência, a invisibilização e o silêncio criados pelo pacto da branquitude (Bento, 2022; Kilomba, 2020; Lobo 2008) impede que saberes outros, outras cosmovisões, outros olhares sejam colocados em discussão. Assim sendo, é preciso fissurar o currículo com o intuito de abrir a formação às outras possibilidades epistemológicas e reflexivas. A partir de Passos (2020), entende-se que a insurgência intelectual negra é um dos caminhos para a fissura e construção de novos lugares, pois se trata de um processo de aposta política, decolonial, epistemológico e ético, no qual os sujeitos brasileiros possam ser representados na bibliografia do currículo de psicologia (Passos, 2019; Costa *et al.*, 2021).

A experiência de Souza e Vianna (2023, p. 218) vai apontar que no Afrocientista buscamos romper com a hierarquia de conhecimentos que está posta nas instituições escolares e trabalhamos para incluir epistemologias oriundas das populações negras, cujas narrativas não foram contempladas na construção de narrativas de nacionalidade.

Há movimentação, sobretudo, de estudantes negros/os que ingressaram no ensino superior devido a Lei de Cotas (Lei 12.711), que tensiona o currículo, tensiona

os/as autores/as utilizados nas disciplinas e apontam à ausência de autoras/es negras/os (Costa *et al.*, 2021). Esse processo acontece porque “nos tornamos protagonistas e críticos de nossos processos de educação institucional” (Souza; Vianna, 2023, p. 218).

Adichie (2019) faz o alerta ao perigo de uma história única que, neste caso, está em uma psicologia única. Compreendemos melhor de qual história única se trata, “Gobineau costumava dizer: ‘Só existe história branca’. Caillois, por sua vez, observa: ‘Só existe etnográfica branca’. É o ocidente que faz etnografia dos outros” (Césaire, 2020, p. 68-69).

Além disso, Césaire (2020) vai apontar o funcionamento do colonialismo e como a Europa e o Ocidente pouco se importam com o que não é branco. O autor aponta à hipocrisia da Europa e do Ocidente escancarando todo processo colonial e as milhares de mortes advindas desse processo e de como a Europa e o Ocidente só se preocuparam quando o *modus operandi* colonial afetou a população branca de judeus. Segundo o autor, “A Europa é indefensável” (Césaire, 2020, p. 9), afirmando ainda que a Europa destruiu pátrias, minou civilizações, acabou com a raiz da diversidade, bem como produziu um processo de expropriação de conhecimentos dos povos não brancos. Tanto Césaire (2020) como Santos (2015) vão articular os seus pensamentos de forma a denunciar o colonialismo e apontar que existe outra versão da história, da ciência, da produção de conhecimento.

A partir da compreensão de que a Europa e o Ocidente tendem a mitigar tudo que não é branco, Kilomba (2020), no prefácio do livro *Peles negras máscaras brancas*, de Frantz Fanon, diz que

o princípio [da ausência] no qual quem existe deixa de existir. E é com este princípio da ausência que espaços **brancos são mantidos brancos**, que por sua vez tornam a **branquitude** a norma nacional. A norma e a **normalidade**, que perigosamente indicam quem pode representar a **verdadeira** existência humana. Só uma política de cotas é que pode tornar o ausente existente (Kilomba, 2020, pp. 14-15, grifo da autora).

Kilomba (2020) traz outras reflexões importantes acerca de como o livro foi censurado em Portugal, e o primeiro motivo da censura era o fato de o autor ser negro, sendo relevante observar que o livro até os dias atuais continua “proibido”. A escrita contra-hegemônica de autoras e autores negras/os e indígenas transgridem a norma. Kilomba (2020, p. 16) finaliza o prefácio dizendo que “talvez seja a obra de que o Brasil mais precisa, neste momento, como eu precisei anos atrás, para desobedecer à ausência e para viver na existência”.

Para desobedecer à ausência, é urgente romper com o silêncio criado pelo pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022). Ademais, Cida Bento (2020, p. 18) pontua que “esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’”. Passos (2020) nos apresenta pistas para a criação de uma insurgência intelectual negra, que busque fissurar para

constituir novos lugares de fala no currículo, é legitimamente decolonial ao teorizar e praticar um projeto político, epistemológico e ético que expõe as motivações, os fundamentos e as heranças do processo moderno/colonial, como as colonialidades, enquanto

cicatrizes que perduram, através de suas múltiplas esferas. Deste modo, ao traçar algumas contribuições ao currículo, os diversos locus de enunciação aqui sugeridos, se alinham à concepção decolonial, na medida que a “revisão das epistemologias modernas impõe-se como desafio teórico para a inteligibilidade do mundo em sua hibridez”. Somar às discussões sobre identidades e sobre quais sujeitos estão propriamente representados no currículo, enquanto um questionamento às epistemologias modernas, é se posicionar frente aos regimes discursivos que constituem legitimidades, ao passo que deslegitimam Outras formas de saber/agir no mundo. Este processo epistemológico de legitimidade/deslegitimidade, ao ser analisado de maneira crítica e decolonial, nos mostra o quão irrealista é acreditar em uma “epistemologia mestre” (...) diante de uma multiplicidade cultural e social (Passos, 2019, p. 200).

Nesse sentido, podemos fazer uma associação com a visão da Europa de Césaire (2020), e com o pacto da branquitude explicitada por Cida Bento (2022). Pensar essa associação no contexto universitário pós Lei de Cotas é racionalizar como o pacto narcísico da branquitude atua, uma vez que pessoas brancas questionam se só as cotas sociais não resolveriam o problema da inserção de pessoas negras na universidade. Contudo, Cida Bento (2022), Silvio Almeida (2021), Lia Vainer Schucman (2012), Nilma Lino Gomes (2017) e Caíco Barbosa da Costa e colaboradores (2021) argumentam que não, pois há, de fato, um problema de classe no Brasil, sendo a maioria de pessoas negras.

Existe, entretanto, uma diferença entre o pobre branco e o pobre negro, já que o primeiro se identifica mais com o branco burguês do que com os demais trabalhadores negros, bem como socialmente é enxergado como mais próximo dos brancos burgueses, o que permite acessos, oportunidades que as pessoas negras não terão. É relevante lembrar o fato de que, após a abolição, não houve inserção da população negra na sociedade, pelo contrário, houve exclusão e políticas de imigração para europeus pobres. Bem como não houve política de inserção das pessoas negras nas escolas, haja visto que há um racismo estruturante na sociedade, como o próprio pacto da branquitude que, nos seus discursos, buscam sempre beneficiar os seus semelhantes em detrimento de pessoas negras e indígenas, mesmo que o outro branco seja “encardido”, pois ele ainda é branco.

Além disso, a branquitude cis-heteronormativa, ou seja, branquitude de norma cisgênero e heterossexual, enxerga os negros, indígenas e trans “como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando” (Bento, 2022, p. 74). Nesse sentido, pessoas brancas ingressam nas universidades burlando a Lei de Cotas, fazendo uso indevido das vagas destinadas às pessoas negras e indígenas (Costa *et al.*, 2021). O ingresso desses jovens negros, indígenas e trans na universidade tensiona a ausência de autores negros e negras, indígenas e trans na bibliografia dos seus cursos.

Também a juventude negra [e indígena] que passou a entrar, por direito, nas instituições de Ensino Superior por meio da Lei Federal

ALMEIDA, J. O. V. C.; SIQUEIRA, L. de A. R.

12.711/12, a chamada Lei de Cotas, tem resgatado essa bibliografia e seus autores e autoras [que ainda não fazem parte dos currículos das graduações e das pós-graduações] (Gomes, 2017, p. 88).

Confluindo com Kilomba (2020) e Gomes (2017), Passos (2022, p. 96) vai afirmar que

a inexistência produzida - por meio da qual se naturalizou socialmente a ausência de travestis, mulheres trans, homens trans, entre outras identidades dissidentes de gênero nas instituições educacionais - vem sendo duramente denunciada à medida que essas/es sujeitas/os ingressam na universidade brasileira (Passos, 2022, p. 96).

Portanto, faz-se necessário abrir os currículos, o PPC dos cursos. Segundo Passos (2022) e Gomes (2017), os movimentos sociais constroem saberes pela práxis político-pedagógica, e essa construção desloca as bibliografias oficiais, bem como as políticas educacionais. Estudantes negras/os, indígenas e trans estão deslocadas/os diante dos currículos oficiais e pela política hegemônica educacional.

A construção feita pelos movimentos sociais educam estas/es jovens que buscam deslocar a própria instituição com a sua presença, sendo insurgentes, fissurando a história única do currículo. "Estou falando aqui sobre currículos epistemicidas, aqueles perpetuadores do silenciamento colonial e que difundem um cânone excludente em contraposição à pluralidade de vozes e histórias, ressoantes e diversas" (Passos, 2022, p. 45). Trata-se de um currículo branco, ocidental, masculino e cis-heteronormativo que se elege enquanto modelo de humano, e que se supõe universal (Passos, 2022), que se estabelece e se mantém com seu privilégios.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Como caminho metodológico, usaremos a pesquisa documental conforme Gil (2002), visto que ela "vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico" (Gil, 2002, p. 45), no sentido de que a problemática da ausência de certos autores e autoras (Kilomba, 2020) no PPC não recebeu esse tratamento analítico. Ademais, esta pesquisa documental terá ênfase no PPC do curso de psicologia da UFES, bem como nos planos de ensino elaborados pelos professores. Tendo em vista a extensão do currículo de psicologia, delimitamos a nossa análise às disciplinas obrigatórias dos departamentos de psicologia, de psicologia social, e do desenvolvimento; do primeiro ao quarto período, bem como a disciplina de Pesquisa em Psicologia III, que está situada no quinto período, totalizando 18 disciplinas. Foi solicitado às/aos docentes responsáveis por essas disciplinas no semestre de 2022/2 via e-mail para cada uma/um. Foi solicitado às câmaras departamentais para que a chefia repassasse às/aos docentes a solicitação dos planos de ensino elaborados para o semestre vigente. Cabe ressaltar que não foram todas/os docentes que enviaram os planos de ensino e, portanto, foram 12 disciplinas analisadas nesta pesquisa.

Foi realizada a leitura do PPC e do plano de ensino de cada disciplina, realizando-se uma comparação entre a bibliografia presente no PPC e a bibliografia

utilizada no plano de ensino, ou seja, a bibliografia dada em sala de aula. A análise se deu referente às autoras e aos autores presentes e não aos seus textos. Com base nas autoras e autores presentes nos planos de ensino, foi elaborada uma tabela para cada disciplina e, para cada uma, verificou-se se estavam ou não presentes no PPC. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa sobre cada autora/or para identificar sua raça/etnia; gênero, identidade de gênero e origem. A pesquisa foi realizada em portais das universidades que essas autoras e autores estão alocados, como Lattes, *website* criado pelas/os próprias/os autoras e autores, as suas próprias redes sociais, dentre outros. Foram elaborados uma tabela e dois gráficos para demonstrar os dados.

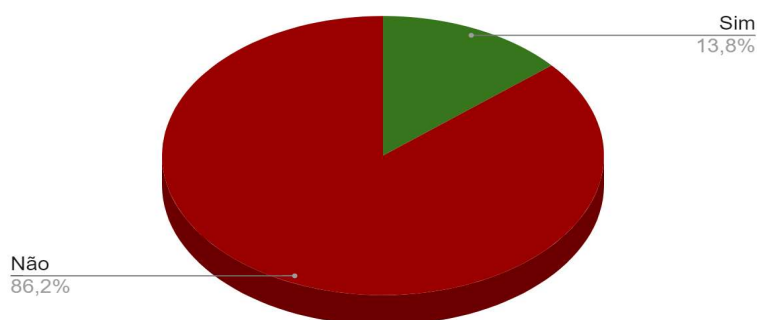
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta primeira parte da pesquisa, ao analisar o plano de ensino elaborado pelas/os docentes no semestre de 2022/2, colocando-os em comparação com o PPC do curso de psicologia, tendo em vista a análise das autoras e autores listadas/os em cada um dos documentos, obtivemos os resultados que serão segmentados em: Contém no PPC?; Raça/Etnia; Gênero; Identidade de gênero; Origem.

Cabe ressaltar que não consta em bibliografias dos autores clássicos e afins, sua raça/etnia e identidade de gênero, embora algumas autoras/es negras/os, indígenas e trans afirmam sua raça/etnia e identidade de gênero em alguns de seus textos. Para os autores brancos cis-heteronormativos, vê-se como algo dado a sua raça/etnia e identidade de gênero, como se obviamente fossem brancos, cis e héteros, como se fosse uma informação óbvia, o que reafirma a política de ausência.

Ao todo, as bibliografias das 12 disciplinas analisadas tendo como base os planos de ensino apresentaram 152 autoras/es, destas/es apenas 21, ou seja, 13,8%, estavam dentro do PPC das suas respectivas disciplinas, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Os autores estão presentes no PPC?



Fonte: autores da pesquisa(2023)

Em um primeiro olhar, é possível notar que existe, por parte das/os docentes, a prática de não utilização da bibliografia contida no PPC. Ressalta-se que a última reforma no PPC que se debruçou sobre a bibliografia foi realizada em 2011, assim, há material mais atualizado e recente acerca dos assuntos escolhidos. Contudo, a questão racial – negra e indígena, e de identidade de gênero tem sido deixada de lado. Para análise, apresentam-se abaixo os dados referentes a 139 autoras/es, pois foram descartadas/os as/os repetidas/os. Destes, 0,72% é indígena, 7,19 % são negras/os, 87,77% são brancas/os e 4,32% não foram identificados, em relação à identidade de gênero 0,72% é de autora/or trans e 99,28% de autoras/es cis, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Identificação dos autoras/es em raça/etnia, gênero e identidade de gênero

Raça/Etnia		Gênero		Identidade de Gênero	
		Masculino	Feminino	Cis	Trans
Branco	87,77 %	47,48%	40,29%	87,05%	0,72%
Negro	7,19%	3,60%	3,60%	7,19%	-
Indígena	0,72%	0,72%	-	0,72%	-
Não identificado	4,32%	2,16%	2,16%	4,32%	-
Total	100%	53,96%	46,04%	99,28%	0,72%

Fonte: autores da pesquisa (2024)

A política da ausência (Kilomba, 2020) se faz presente no currículo no que se refere às pessoas indígenas, trans e negras, assim como a atualização do sujeito infame (Lobo, 2008) se faz igualmente presente nesses grupos, e conseqüentemente mostra a urgência de superação do pacto da branquitude em relação ao currículo e abrir espaço a outras epistemologias, fissurando a bolha branca, europeia e cis-heteronormativa para uma insurgência (Bento, 2022; Passos, 2019; 2020; 2022).

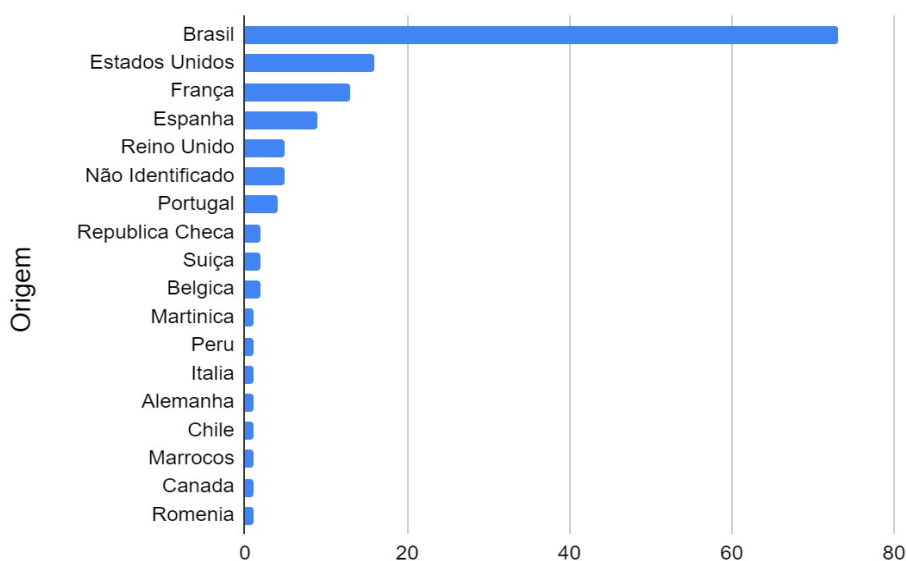
A ausência/presença de autoras/es indica como tem se dado a produção de subjetividades infames no currículo, no que tange à invisibilização, como também diz da necessidade de reverter essa lógica hegemônica presente, o que somente é possível por conta da Lei de Cotas e do ingresso de maior quantitativo de pessoas negras e indígenas nas graduações (Costa *et al.*, 2021; Gomes, 2017) bem como o ingresso de pessoas trans e travestis mesmo sem cotas (Passos, 2022), que rompem com a história única mostrada na universidade. Conseqüentemente, por meio desse tensionamento expõe-se a lógica da ausência, mostrando que, propositalmente, a branquitude cis-heteronormativa, por meio do seu pacto, torna ausentes certas/os autoras e autores, o que entende-se ser parte de um projeto de subjetivação desses sujeitos, uma atualização da produção de subjetividades infames.

Quando o PPC do curso de psicologia (UFES, 2021b) aponta que existe a necessidade de superar essa diferença racial, aponta também para as questões de

gênero, e diante do resultado, podemos ver que é o mais perto de uma equiparação conforme mostra a Tabela 1. Apesar do grande avanço, com um percentual de 46,04% de mulheres nas disciplinas analisadas, o quantitativo poderia ser maior e mais diverso, pois continuam a ser mulheres brancas e cisgêneros, assim também em relação aos homens, 53,96%, poderia ter maior diversidade.

Já no que se refere à localidade das/os autoras/es, o local de onde se fala (Kilomba, 2019), e o próprio PPC (UFES, 2021b) dizem a respeito de sair da Europa curricular, diversificando para uma matriz mais conectada com a realidade do país, principalmente no que tange às populações marginalizadas. É possível perceber uma saída da Europa, tendo muito mais autoras/es brasileiros, 52,51%, conforme o Gráfico 2, mas, no que se refere às populações marginalizadas, ainda falta.

Gráfico 2 – Origem



Fonte: dados do estudo (2023)

Mesmo com uma descentralização em relação à Europa e EUA, o currículo do curso ainda carece de maior diversidade na bibliografia utilizada pelas/os docentes, pois os planos de ensino apontam para a continuidade de autores, em sua maioria, brancos, homens e cis. O pacto narcísico da branquitude cis-heteronormativa ainda permanece, de forma proposital ou não, deixando o currículo engessado e preso na “universalidade” branca cis hetero patriarcal (Bento, 2022; Passos, 2022).

CAMINHOS PARA UMA INSURGÊNCIA CURRICULAR

Por essa razão, Gomes (2017) e Passos (2022) vão afirmar a importância dos movimentos sociais enquanto educadores, não só para o seu público (movimentos negro, LGBTQIA+ e indígena, entre outros), são também, educadores do país, das políticas públicas, pois usam da sua força para “desestabilizar os imaginários históricos que simbolicamente cristalizaram determinados grupos como destituídos de agência - a capacidade de intervir no mundo” (Passos, 2022, p. 33). Esses movimentos mostram-se insurgentes no mundo, pois a sua intervenção vem por meio de lutas que são travadas há décadas. Não obstante, esses movimentos tiveram impacto na área educacional, pois eles organizam e sistematizam o conhecimento gerado pela *práxis* da sua atuação na sociedade (Gomes, 2017; Passos, 2022).

Passos (2022, p. 36) vai apontar que

sabemos que a produção teórica está atenta às novas questões levantadas por organizações como Movimento Feminista, Negro ou LGBTQIA+, e, em razão disso, vem promovendo mudanças em suas primeiras pesquisas. Atualmente é possível para cada uma e um de nós, como é o caso deste livro [*Pedagogia das travestilidades*], escrever e teorizar sobre a história dos movimentos dos quais fazemos parte, superando o lugar de mero objeto (Passos, 2022, p. 36).

É a partir dessa perspectiva que a voz das mulheres negras organizadas é erguida. Assim, se posicionam politicamente por uma luta antirracista que reeduca as instituições educacionais, a sociedade e o Estado. Essa atuação tem sido fundamental para o processo de autotransformação, de autorrecuperação para o grupo no processo de tornar-se sujeito (Passos, 2022).

Esse caminho de se tornar sujeito, com direito a falar e ser ouvido, se articula com os currículos acadêmicos, na medida em que estes são espaços de poder; espaços historicamente pautados em suposta neutralidade epistêmica, mas que produziu um pensamento hegemônico que se pretende universal, fazendo com alguns sujeitos fossem demarcados sinônimo de humano, e outros demarcados como o lugar da outridade, o Outro do humano (Passos, 2019). Assim, não colocar em análise o currículo que perpetua relações assimétricas de poder, pode ser compreendido como um ato que adere a um pacto de manutenção de silêncio e apagamento desses outros da humanidade.

Além disso, Nilma Lino Gomes (2010), em *Epistemologias do Sul: Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira*. A autora situa a produção do pesquisador negro no contexto brasileiro, sujeito que desloca o lugar de quem é pesquisado para quem pesquisa, de objeto de quem se fala, para quem pensa e escreve. Fissura na suposta, utópica e ideal neutralidade científica. A autora ainda aponta do desafio e da coragem do intelectual negro em romper com estruturas opressoras, da criação de novas categorias analíticas, desse lugar de quem possui um engajamento político e acadêmico, que intervém na realidade. Entretanto, aponta ao desafio de ser/estar neste lugar do Outro da racionalidade, apontando a chegada nos anos 1990, dos ex-objetos na pesquisa acadêmica, produzindo um campo de tensão epistemológica e política. Diz ainda que o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades, pois é lidar com as reiteradas opressões e dominações

históricas, o que faz sofrer, um lugar que não é pacífico, é uma construção contínua, tomada de tensões.

O pacto narcísico da branquitude cis-heteronormativo se articula de diversos modos para manutenção dos seus privilégios. “De fato, branquitude, em sua essência, diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais” (Bento, 2022, p. 62). Os departamentos de psicologia, psicologia social e do desenvolvimento têm um total de 46 cadeiras, das quais apenas 3 docentes são negras/os, ou seja, são 43 docentes brancas/os, o que implica nas práticas culturais não nomeadas, não marcadas. O silêncio pode ser expressado no não envio dos planos de ensino quando solicitado diversas vezes, ou até mesmo quando estas/es docentes ignoram por mais de uma década as reivindicações do movimento estudantil para inclusão de autoras/es negras/os na grade curricular (Oliveira, 2021).

Há, portanto, um projeto epistemicida. A partir de Carneiro (2005), compreendemos o epistemicídio como instrumento de dominação étnico/racial mais eficaz e duradouro, que se manifesta na negação da legitimidade das produções e formas de conhecimentos de grupos não hegemônicos (negros, indígenas, trans), bem como nega a estes enquanto sujeitos de conhecimento. Como afirma Bento (2022), não é necessariamente um projeto planejado, já que o pacto é subjetivo, não há reuniões para esse grupo para definir o que será feito.

Nas escolas, por exemplo, sempre professoras e gestoras brancas, brinquedos e livros didáticos, planos de aula, projetos políticos-pedagógicos que dialogam exclusivamente com a branquitude. É na escolha exclusiva de perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena, quanto presentes no currículo, não são reconhecidos como tais ou estão estigmatizados (Bento, 2022, pp. 77-78).

Há o branco herdeiro desse pacto narcísico que reconhece outros herdeiros e que buscam se fortalecer, se proteger para que se tenha um aumento do seu legado - privilégio, dominação e opressão - e possa continuar a ser transmitido às futuras gerações (Bento, 2022). Nesse sentido, o currículo se torna palco de disputa política na qual a branquitude faz a manutenção dos seus privilégios e grupos minoritários reivindicam a fissura da história única (Adichie, 2019; Gomes, 2017; Passos, 2022).

Um exemplo dessa fissura é a Lei 10.639/03, que faz com que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana seja obrigatório nos currículos das escolas de ensino médio e fundamental de escolas públicas e particulares, e que é fruto da luta do movimento negro (Gomes, 2017). Esse é um passo importante nessa disputa política do currículo, contudo, ainda há um caminho longo a percorrer, como visto nos dados acima.

Os temas, paradigmas e métodos insurgentes gestados pelos movimentos sociais latino-americanos carregam consigo uma longa trajetória de lutas travadas contra o colonialismo e as colonialidades. [...] Portanto, os saberes insurgentes,

contestadores e afirmativos dos movimentos sociais latino-americanos, na busca permanente pela libertação coletiva, tomam consciência do silenciamento histórico prescrito e seguem rumo a uma contínua desestabilização das matrizes hegemônicas que sustentam uma educação desumanizadora e dominadora (Passos, 2022, p. 110).

Desse modo, a Lei de Cotas, que também é fruto do movimento negro, é igualmente promotora de fissuras, pois, com o ingresso de jovens negras/os e indígenas, há uma partilha do local de produção de conhecimento. Esta/es se tornam sujeitos de si, escritoras/es das suas próprias narrativas. Mesmo que ainda não tenhamos uma política nacional de cotas para pessoas transgêneras, estas, ao ingressarem na universidade, também partilham desse local de produção de conhecimento (Gomes, 2017; Passos, 2022).

O ingresso de jovens negras/os, indígenas e trans nas universidades traz uma série de questões para as instituições de ensino superior, visto que são sujeitos sociais concretos, com trajetória de vida diferente, com outros saberes, com outra forma de construção do conhecimento acadêmico que as/os diferencia da/o estudante hegemônica/o. As ações afirmativas colocam jovens negras/os, periféricos, indígenas e trans junto a jovens brancas/os de classe média e da burguesia branca. Essa junção tem potencial emancipatório, já que pode agir como parte de um processo de desconstrução da ideologia racista no Brasil, bem como é uma garantia de direitos. Esse caráter emancipatório tem o potencial de construir subjetividades rebeldes e desestabilizadoras que afrontam o racismo (Gomes, 2017).

A experiência tida no projeto afrocientista vai apontar que

o processo de construção coletiva com os alunos da educação básica e os demais componentes do projeto dialoga com as expectativas constituídas, uma vez que a construção epistemológica, em conjunto, vai ao encontro do conceito que Beatriz Nascimento, que foi uma professora, historiadora e ativista dos movimentos negros, vai chamar de “aquilombamento” (1989, s.p.), no documentário “Ori” (1989, s.p.), com a ideia de compreender o quilombo em uma dimensão ideológica, de agregação e resistência aquilombar os espaços, constituindo assim, um lugar seguro para corpos racializados. (Souza; Vianna, 2023, p. 227)

Nas universidades, além dos movimentos estudantis, fundam-se coletivos negros, indígenas, LGBTQIA+ e feministas, de forma organizada e autônoma, e retomam leitura de autoras/es invisibilizados pelos currículos oficiais (Gomes, 2017). Os coletivos negros formam verdadeiros quilombos nos espaços universitários. “É no final do século XIX que o quilombo recebe o significado de instrumento ideológico contra as formas de opressão” (Nascimento, 2021, p. 163). A autora ainda aponta que os grupamentos formados pelo povo negro no passado, ainda podem ser formados e povo negro busca fazê-lo (Nascimento, 2021).

Nesse sentido, é possível afirmar que as/os estudantes se organizam nesses coletivos se aquilombando para resistir às opressões impostas pela instituição. Este

artigo, esta pesquisa, só foram e são possíveis por conta do Coletivo Negro da Psicologia da UFES, visto que são inquietações vindas desde 2013, culminando na sua criação em 2016 (Oliveira, 2021). Os coletivos formados nas universidades são movimentos sociais educadores (Gomes, 2027; Passos, 2022) dos jovens que ingressam na universidade, trazendo a eles um histórico de lutas já travadas, de conquistas e daquilo que ainda é preciso conquistar - a memória da luta.

É, portanto, a partir das lutas dos movimentos que os mais novos vão continuar travar as lutas pelo fim do racismo antinegro e anti-indígena, da transfobia e demais preconceitos, mesmo que de outros modos, por outras frentes, se continua o trabalho construído ao longo do tempo (Passos, 2022).

São pedagogias que não escondem sua forte ligação com a vida, com a concretude da existência - considerando que existência e conhecimento, para os movimentos sociais latino-americanos, caminham conjuntamente. Os saberes construídos em suas lutas emergem de uma práxis político-pedagógica que não proclama um lugar universal, desincorporado e neutro. De modo contrário, reconhecem que as transformações têm estreitas relações com o que as constitui: nesse caso identidade de gênero, idade, sexualidade, raça, classe, etnia, religião, credo, entre outros marcadores (Passos, 2022, p. 110).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não tem como objetivo central o denunciamento, mas busca apontar como os currículos podem perpetuar as ausências, os apagamentos, os silenciamentos e o racismo histórico e estrutural. Analisar o currículo do curso de psicologia da UFES a partir de uma dimensão ético política é refletir e propor um currículo que seja coerente com a entrada dos novos atores sociais: os corpos negros, indígenas, trans, dissidentes, não normativos. Assim, o currículo e o curso devem refletir e realçar as suas presenças, e não perpetuar as ausências históricas, fissurado o pacto da branquitude cis-heteronormativa.

Uma/um aluna/o cotista, ao ingressar na universidade, não deve ter que deixar a sua história, a sua ancestralidade, à margem, apagando a própria existência, pois a universidade não pode ser um espaço de (re)produção de subjetividades infames. É preciso pensar um currículo, um curso, uma universidade, que, de fato, sejam espaço de produção de conhecimento, mas conhecimento impregnado de vida. Para tanto, é preciso profanar a ideia de neutralidade da ciência, bem como é preciso territorializar, tornando o conhecimento local e situado, conectado com a realidade e o contexto brasileiro e latino.

A entrada pelas cotas porta o desafio de preparar a universidade como espaço de acolhimento, que produza condições para que os corpos, as trajetórias, as identidades e as construções da negritude sejam valorizadas. Além das condições materiais, como bolsas, auxílios estudantis para moradia e permanência, é necessário

refletir: os currículos foram (re)pensados em diálogo com as histórias, territórios e referências? Uma inclusão formal pela política de cotas não garante uma inclusão de fato, se as discentes, os discentes não se sentirem pertencentes aos espaços de ensino. E não é possível produzir um sentimento de pertencimento com um currículo totalmente pautado em um saber eurocentrado, em uma concepção de ciência neutra, a-histórica e apolítica (Costa *et al.*, 2021, p. 642).

Na psicologia e nas áreas afins, o Brasil foi demarcado pelos estudos sociais, com ênfase na pobreza, trazendo o marcador classe como lente para a leitura das desigualdades sociais. Torna-se fundamental acontecimentalizar a raça e o gênero, ou seja, romper com o que sempre e unicamente foi uma possibilidade de leitura dos fenômenos sociais, o que não significa deixar a análise de classe, mas ampliar, interseccionalizando-a com os outros marcadores. Interseccionalizar (Collins, Bilge, 2020) é criar categorias analíticas, conectar e analisar a partir da sobreposição de eixos de exclusão, pois não há como pensar a realidade brasileira sem trazer para o campo de análise os diversos sujeitos que a compõe, o que, por sua vez, demanda abrir a história, narrando-a a partir de pontos de vista outros, não somente a partir do ponto de vista dos vencedores/colonizadores (Benjamin, 1994; Santos, 2015).

Ainda há muito a caminhar, a fim de racializar e abrir o currículo, a fim de que possa refletir a diversidade e multiplicidade dos corpos e histórias que constituem as subjetividades, no intuito de potencializá-las. Esta pesquisa, por exemplo, não abordou a dimensão capacitista do currículo, ao não incluir autoras/es com deficiência, bem como não se ateuve às demais dissidências de gênero, dentre outras questões igualmente amplas e importantes. É uma pesquisa situada na realidade localizada na UFES, em uma universidade pública da região sudeste, que analisa as lacunas presentes não somente no currículo, mas na própria concepção da universidade: em que medida o caráter de público pode ser concebido se não for ampliado, a fim de incluir todas/os/es?

Por fim, a aposta é que esta pesquisa possa inspirar novos olhares, novas análises, na direção de currículos insurgentes, na inclusão de epistemologias outras, não eurocentradas. Aposta em um curso de psicologia [e outros cursos] e em uma universidade que rompa com as infâmias, com o racismo, com a LGBTQIA+fobia, com a violência e o epistemicídio, na medida em que possa gerar pertencimento em ato, incluindo a leitura de autoras/es que se aproximem da realidade, do território, dos corpos e da vida das/os discentes em formação. Que a universidade seja lugar de produção de vida, não de mortificação.

Artigo recebido em: 19/04/2024

Aprovado para publicação em: 18/10/2024

RACIALIZATION OF THE CURRICULUM

ABSTRACT: This work presents the developments of a Scientific Initiation research at the Federal University of Espírito Santo on the psychology curriculum of that university. Documentary

research was conducted with the Pedagogical Project of the Course and the teaching plans for the second semester of 2022 to analyze the project with an emphasis on the presence or absence of Black, Indigenous, and Trans authors. The data analysis revealed that the Pedagogical Project of the Course reflects the narcissistic pact of whiteness, as it is marked by the absence of Black, Indigenous, and Trans authors. Thus, it becomes necessary to understand the action of social movements as educational movements and as promoters of insurgent subjects through the praxis of each movement.

Keywords: Curriculum. Social Movement. Race/ethnicity. Gender Identity.

RACIALIZACIÓN DEL CURRÍCULO

RESUMEN: El presente trabajo presenta los desarrollos de una investigación de Iniciación Científica en la Universidad Federal de Espírito Santo sobre el currículo de psicología de dicha universidad. Se realizó una investigación documental con el Proyecto Pedagógico del Curso y los planes de enseñanza del segundo semestre de 2022, con el fin de analizar el proyecto con énfasis en la presencia o ausencia de autores negros, indígenas y trans. A partir de los análisis de los datos se pudo percibir que el Proyecto Pedagógico del Curso refleja el pacto narcisista de la blancura, en la medida en que está marcado por la ausencia de otros autores negros, indígenas y trans. Así, se hace necesario comprender la acción de los movimientos sociales como movimientos de educadores, además de promotores de sujetos insurgentes a partir de la praxis de cada movimiento.

PALABRAS CLAVE: Currículo. Movimiento social. Raza/etnia. Identidad de género.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Jandaíra, 2021.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. ROUANET, S.P. (Trad.) 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. SOUZA, R. (Trad.). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALMEIDA, J. O. V. C.; SIQUEIRA, L. de A. R.

COSTA, C. B. *et al.* Ocupar a universidade: experiências afirmativas e transformações políticas. **Psicologia em Revista**, v. 27, n. 2, p. 647-667, 2021.

FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber.** Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, G. Prefácio. In: FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu, 2020.

LOBO, L. F. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras: Relações sociais, quilombos e movimentos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, H. **Psi: Diálogos e Afetos: Graduação e pós-graduação.** Entrevistado: OLIVEIRA, H. jul. 2021. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3rxTAG9fsYGaxoXaM2brAw>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PASSOS, M. C. A. A perspectiva negra decolonial brasileira: insurgências e afirmações intelectuais. **ComCiência**, 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/a-perspectiva-negra-decolonial-brasileira-insurgencias-e-afirmacoes-intelectuais/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PASSOS, M. C. A. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cad. gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 196-209, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/9465>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogia das travestilidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos, modos e significados.** Brasília: UNB, 2015.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>

SOUZA, M. G. R.; VIANNA, C. C. Corporalidades, linguagens e literaturas: uma trajetória afrocientista. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 15, n. Edição Especial, p. 213–229, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1506>. Acesso em: 26 jul. 2023.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2030** [recurso eletrônico], 2021a. Dados eletrônicos. -Vitória; Alegre; São Mateus: Universidade Federal do Espírito Santo, 2021a. Disponível em: https://proplan.ufes.br/sites/proplan.ufes.br/files/field/anexo/pdi_2021-2030.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Projeto pedagógico do curso de psicologia**, 2021b. Disponível em: https://psicologia.ufes.br/sites/psicologia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_-_atualizacao_2021_versao_final_comprimido_0.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

JOÃO OTÁVIO VIEIRA CARVALHO ALMEIDA: Graduando de psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo, integrante do Grupo de Pesquisa Infâmias Resistências (UFES) e integrante do Coletivo Ocupação Psicanalítica - ES.
ORCID:<https://orcid.org/0009-0006-0346-630X>
E-mail: joaootavio64@hotmail.com

LUZIANE DE ASSIS RUELA SIQUEIRA: Doutora em Educação pela UFES, Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e da Pós-Graduação em Psicologia Institucional/UFES. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infâmias Resistências.
ORCID:<https://orcid.org/0000-0001-7510-9148>
E-mail: luzianesiq@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution* 3.0, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).